

NOTÍCIAS DA ASSEMBLÉIA-SC

Florianópolis, 26 de outubro de 2001

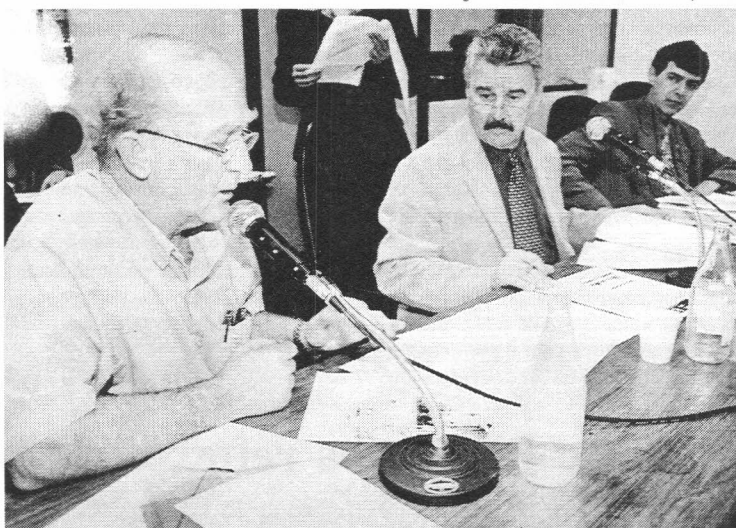
Ano 3 Nº 77

CPI do Leite quer investigar alta margem de lucro dos supermercados

(fotos Eduardo Guedes de Oliveira)

Após ouvir o segmento produtivo, que denunciou formação de cartel no comércio do leite, representantes de órgãos estaduais e federais, que se pronunciaram sobre ICMS, incentivos fiscais, inspeção e qualidade do leite, e os empresários que apresentaram planilhas de preços, a CPI, presidida pelo deputado Moacir Sopelsa (PMDB) e cujo relator é o deputado Afonso Spaniol (PPB), pretende saber as razões da alta margem de lucro, de 30 a 38%, praticada pelo comércio varejista. Na segunda-feira (29), às 15 horas, os parlamentares vão interrogar os presidentes da Associação Catarinense de Supermercados (Acats), João Batista Bohn, e da Tetra Pak, Nelson Fentiff.

Preocupado com a falência dos pequenos produtores, Sopelsa afirmou estar evidenciada a diferença brutal do preço pago pela indústria ao agricultor e aquele que o consumidor adquire nas prateleiras. "Este valor sobe em cinco vezes nesta cadeia, enquanto o preço



Presidente da Lactoplasa fala aos deputados

praticado desde o produtor, passando pela indústria e o praticado no varejo é de três vezes e meia. O Procon conseguiu levantar os valores nos supermercados em setembro e parte de outubro, revelando que até o consumidor o preço dobra. A margem de lucro dos varejistas é de 30 a 38%, um absurdo. Enquanto isso, o homem do campo paga para produzir".

Outra questão que ficou clara nos depoimentos dos empresários é a pressão exercida pelos supermercados junto às indústrias. "Algumas vezes vendemos o leite para os mercados com um preço

abaixo do custo e isto contribui para o baixo preço pago ao produtor", disse o presidente da Lactoplasa, de Lages, Walter Hoeschl. Através de uma planilha, ele demonstrou que em setembro o produtor recebeu o menor valor pago pela empresa pelo litro de leite: R\$ 0,25. Artur Woorsluys, da Batavia, de Concórdia, informou que o preço médio do longa vida vendido ao varejo em setembro foi de R\$ 0,76 o litro, sendo que a empresa repassou à Agromilk, que aplica a planilha aos produtores, o valor de R\$ 0,23 o litro. "Quem recebe R\$ 0,36 em junho e passa a receber R\$ 0,23 dois meses depois só pode quebrar, porque não há estrutura que suporte", ponderou Sopelsa.

O presidente da Comissão enfatizou que poucas indústrias no Estado conseguem negociar de igual para igual com os varejistas, e classificou de monopólio o fato de algumas grandes indústrias tomarem conta do mercado em detrimento dos pequenos estabelecimentos. Quanto ao monopólio da embalagem pela Tetra Pak, ele sugeriu uma modificação no ICMS do leite longa vida e a troca destas embalagens por saquinho ou outras alternativas como o galão de três litros com prazo ampliado, em utilização nos Estados Unidos.

Prêmio Imprensa 2001

Numa promoção da Assembléia, Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Santa Catarina, Associação Catarinense de Imprensa – Casa do Jornalista e Sindicato dos Radialistas do Estado, quatorze jornalistas credenciados na Casa elegeram nessa quinta-feira (25), à tarde, os parlamentares mais atuantes do ano.

O Prêmio Imprensa 2001, que busca a valorização e autenticidade da representação popular, é dividido nas

categorias conjunto das atividades, destaque em plenário e destaque nas comissões técnicas.

Os deputados João Henrique Blasi e Ronaldo Benedet, ambos do PMDB, e a deputada Ideli Salvatti (PT) foram os escolhidos pelo conjunto das atividades, nas comissões o melhor desempenho coube ao deputado Jaime Mantelli (PDT), ficando como destaque em plenário a deputada Ideli Salvatti (PT).

Comissão de Finanças aprova propostas para Orçamento

Página 4

OPINIÃO

A Importância do Certificado ISO-Agrícola para SC



Os produtores do setor da agropecuária sempre enfrentaram o dilema de serem cada vez mais produtivos e ao mesmo tempo não passar por cima da legislação ambiental. Como resolver esta questão? Pensando neste problema sério é que decidi propor em projeto de lei a criação de um certificado de qualidade agrícola. Por meio dele, todo agricultor ou pecuarista que garantir o cumprimento da legislação ambiental durante a sua atividade recebe o certificado ISO-Agrícola.

A finalidade da proposta é garantir que os empreendimentos agropecuários se esforcem em manter o equilíbrio ambiental da sua propriedade e da comunidade em que esta se localiza. E para que isto prevaleça na prática, o meu projeto prevê uma série de iniciativas por parte do Estado proporcionando garantias e alternativas aos agronegócios. Fica estabelecido que o governo deve conceder financiamentos para o produtor que estiver implantando técnicas de conservação ambiental. E ainda desenvolver atividades educacionais que incentivem o agropecuarista a conciliar técnicas de produção e preservação.

Consultada sobre a proposta pelo gabinete, a Secretaria do Desenvolvimento Rural e da Agricultura já expressou apoio ao projeto, vendo no texto um importante avanço para a conquista de novos nichos de mercado e benefícios à saúde dos consumidores com a preservação ambiental. Atualmente não dá mais para pensar só na produtividade ou

apenas no equilíbrio ecológico. É preciso conciliar as duas vertentes que, com a globalização, são indissociáveis.

Para o produtor, o projeto prevê ainda a vantagem de tramitação preferencial de processos junto à Secretaria do Desenvolvimento Rural e Agricultura em programas do tipo troca-troca, plano diretor de microbacias, pró-jovem rural, promoção de agronegócios, distribuição de calcários, entre outros benefícios diretos e indiretos. Para que o agricultor tenha direito ao certificado, as regras serão definidas pela Secretaria da Agricultura, com aplicação das normas de padrão que incluem a da International Organization for Standardization (ISO). Os interessados, aprovado o projeto, podem participar através de cadastramento em escritórios da Epagri ou na própria Secretaria.

O desenvolvimento sustentável não pode restringir o crescimento econômico. Por isso é dever do setor público criar políticas educacionais, de pesquisa de novos métodos de produção e estimular aos que atuam com equilíbrio no sistema ambiental e produtivo. O projeto do ISO-Agrícola está tramitando na Assembléia Legislativa. Peço o apoio de todos os parlamentares para a sua aprovação e execução em menor tempo possível, além de contar com o apoio das entidades e lideranças com representatividade no setor agrícola e pecuário. Por trás de uma verdura sem agrotóxico e que não poluiu rios ou o solo, a possibilidade de aumentar a renda do produtor é uma tendência cada vez mais forte na economia globalizada, numa sociedade cada vez mais consciente da necessidade de preservação ambiental e crescimento sustentável.

Deputado Nelson Goetten (PPB)

A Usina de Salto Pilão e os reflexos para a região



No dia 15 de outubro deste ano, a Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Assembléia promoveu uma audiência pública na sede Associação Comercial e Industrial de Rio do Sul, com a finalidade de debater com a comunidade da região do Alto Vale do Itajaí a construção da Usina Salto Pilão. Planejada para produzir cerca de 180 MW/mês de energia elétrica, com um custo previsto de R\$ 300 milhões, a usina vai envolver os municípios de Ibirama, Apiúna e Lontras. Sem dúvida alguma, uma obra que poderá trazer grandes benefícios

tributários para essas cidades e a instalação de novas empresas na região.

Por outro lado, o assunto que priorizou o debate em Rio do Sul e que contou com a participação maciça de lideranças comunitárias, políticas e empresariais foi o impacto ambiental que uma obra desse porte vai produzir para a região. Embora os dirigentes da Celesc, que vai conduzir o processo, salientem os benefícios econômicos com a construção da usina, não restam dúvidas quanto aos prejuízos para o ecossistema. Se não, vejamos:

A construção da Usina de Salto Pilão vai provocar de imediato, conforme dados da Celesc, a supressão de 7,1 hectares de vegetação, remanescente da Mata Atlântica. O Rio Itajaí praticamente deixará de existir num

trecho de 15 km, ficando reduzida sua vazão em 10% da atual. Aproximadamente 80 pessoas terão que ser deslocadas. Porém, o mais importante é que a usina comprometerá o turismo ecológico na região. Poucos sabem, mas as corredeiras do Rio Itajaí-Açu são utilizadas com frequência pelos praticantes do "rafting" e da canoagem. Por ano, 30 mil pessoas visitam o lugar, composto por pousadas, restaurantes e hotéis. As corredeiras são consideradas pelos esportistas uma das melhores do país. Não podemos nos esquecer ainda que o projeto poderá trazer implicações para o abastecimento de água dos municípios.

Portanto, as autoridades que estão conduzindo o processo precisam tomar consciência das trágicas consequências da Usina de Salto Pilão para os municípios e o meio ambiente. Entendo que em tempos de "apagão", o país precisa direcionar, com urgência, seus investimentos na produção de energia elétrica, mas não podemos colocar em risco uma das áreas mais valorizadas pelos turistas que visitam a região do Alto Vale do Itajaí.

Além disso, o processo para a construção da usina ainda produz dúvidas e questionamentos. Faço coro às entidades e lideranças comunitárias para pedir transparência sobre o projeto e, acima de tudo, a adequação às normas ambientais.

Deputado Rogério Mendonça (PMDB)

Mesa:

Presidente: Onofre Agostini (PFL)
 1º Vice-Presidente: Gilmar Knaesel (PPB)
 2º Vice-Presidente: Sandro Tarzan (PPB)
 1º Secretário: Manoel Mota (PMDB)
 2º Secretário: Odete de Jesus (PL)
 3º Secretário: Francisco de Assis (PT)
 4º Secretário: Ivo Konell (PMDB)
 Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de SC
 Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

Críticas e sugestões: 0xx48-221-2750 / 221-2751 Fax: 223-7021
 imprensa@alesc.sc.gov.br

Divisão de Imprensa:

Diretora: Eloá Coutinho de Miranda e Queiroz
 Coordenador de Imprensa: João Batista Ramos
 Jornalista responsável: Cleia Braganholo - DRT/SC 974
 Editoração e Diagramação: Stela Martins e Rafael dos Santos
 Redatores: Marise Ortiga, Cleide Winckler, Rubens Vargas, Rose Mary Paz Padilha, com a colaboração dos assessores de bancadas
 Revisão: Rubens Vargas
 Fotografia: Jonas Lemos Campos, Giancarlo Gianni Bortoluzzi, Solon Soares, Eduardo Guedes de Oliveira e Alberto Neves

Distribuição: Setor de Expedição
 Impresso na Divisão de Divulgação e Serviços Gráficos da ALESC

PRESIDÊNCIA

Ibirama mostra tradição alemã

(fotos Eduardo Guedes de Oliveira)

A Assembléia apresentou mais uma edição dos *Retratos de Santa Catarina*, focalizando na terça-feira (23) o município de Ibirama, localizado no Alto Vale do Itajaí e que guarda fortes traços da colonização alemã. No plano econômico, destaca-se pelos empreendimentos madeireiro, têxtil, metal-mecânico e investindo atualmente no turismo de esportes radicais (rafting e rapel), aproveitando corredeiras e rios da bacia do rio Itajaí-Açu.

Para autoridades e público presentes as tradições foram revividas pelo Grupo de Cítaras, Coral Hansahoele e Grupo Folclórico Volkstanzgruppe, com danças do norte da Alemanha. Foi montado um ambiente com produtos típicos lembrando a *Weinhachtsmarkt*, tradicional *Mercado de Natal* do município.

Exposições de artes plásticas e fotografias retrataram a cultura atual e os esportes radicais foram representados por seus equipamentos, entre eles um bote de borracha especial para a prática do rafting.

O prefeito Genésio Marchetti (PFL) elogiou a iniciativa da Assembléia, qualificando-a de “ótima oportunidade”.

O presidente do Legislativo, deputado Onofre Agostini (PFL), afirmou que a idéia



Prefeito Marchetti condecora presidente Agostini

de divulgar os municípios catarinenses atinge mais e mais seus objetivos, abrangendo não só a população estadual como os turistas que nos visitam.

O governador Esperidião Amin (PPB) destacou o projeto ressaltando “o privilégio de ver e viver o rico Retratos de Santa Catarina, que reúne num pequeno espaço vários países, cores e raças”.

Contestado é lembrado na AL

A Sessão Solene realizada na noite dessa segunda-feira (22) foi em memória dos caboclos mortos na *Guerra do Contestado*, considerados os heróis do conflito social ocorrido entre 1912 e 1916, travado entre as províncias do Paraná e de Santa Catarina. Mais de 20 mil pessoas se envolveram no combate, que foi iniciado no dia 22 de outubro de 1912 no município de Irani, região Meio Oeste. O conflito opôs de um lado as forças do governo federal e dos dois estados, e de outro, milhares de caboclos. “É fundamental que todos tomem conhecimento da importância dessa guerra na formação do povo catarinense”, declarou o deputado Reno Caramori (PPB).

Também o deputado Moacir Sopelsa (PMDB) falou da necessidade de manter viva a memória do Contestado,

que só não se perdeu pela dedicação de algumas pessoas.

A sessão, prestigiada por deputados e prefeitos dos municípios envolvidos no conflito, foi requerida pelo deputado Onofre Agostini (PFL), presidente da Assembléia. A história, segundo o parlamentar, envolve grandes emoções e reflexões e é pautada em questões humanas, místicas, políticas, administrativas e de justiça social.

Canções referentes ao conflito foram interpretadas pela Orquestra Sinfônica Juvenil e Associação Cultural de São Joaquim, sob a regência do maestro Cristóvão Francisco Bettoni. Durante a solenidade, o prefeito de Irani, Cleinor Zampieri (PSDB), pediu o apoio dos deputados para que aprovelem recursos previstos no Orçamento de 2002 para as obras do parque temático do Contestado, no Sítio Histórico de Irani.

Convênio com Faculdade Decisão

Foi assinado na quarta-feira (24) pelo presidente Agostini convênio entre a Casa e a Faculdade Decisão. Todos os servidores ativos, inativos e dependentes passarão a ter desconto de R\$ 100 nas mensalidades dos cursos de graduação e especialização em administração de empresas, marketing, comércio exterior e gestão de negócios e turismo, sem nenhum ônus financeiro para a Casa. O convênio firmado através da Escola do Legislativo prevê o ingresso nos cursos sem a necessidade do servidor ou dependente prestar vestibular. É analisado o curriculum do candidato. “A Escola tem buscado dar condições para que o servidor se aperfeiçoe desde o 2º grau à graduação e especialização. É a oportunidade para que todos estudem”, destacou Agostini.

Direitos da Mulher

A Assembléia participará do processo de formação política das mulheres catarinenses. A decisão foi tomada durante reunião da Mesa Diretora, quando quatro representantes do *Comitê de Formação do Conselho Estadual dos Direitos das Mulheres* solicitaram parceria para realização de cursos dirigidos às mulheres interessadas em atuar no processo político.

O Presidente da AL, deputado Onofre Agostini (PFL), disponibilizou a Escola do Legislativo para, em parceria com o Conselho, programar e ministrar os cursos solicitados na Capital e no interior do Estado. Também colocou a TVAL à disposição do grupo para veicular matérias ou debates que possam acrescentar ao aperfeiçoamento da participação feminina no processo político.

Segundo Agostini, a atuação das mulheres na política deve ser estimulada porque “elas representam a lucidez e o equilíbrio necessários em momentos decisivos, além de serem dotadas de competência, organização e senso prático”.

COMISSÕES

Debate sobre utilização dos recursos do FDM

A Comissão de Justiça deverá proceder uma diligência à Secretaria da Fazenda e ao Badesc para esclarecimento sobre a alteração da lei referente ao Fundo de Desenvolvimento Municipal (FDM), administrado pelo banco, proposta pelo deputado Herneus de Nadal (PMDB). Segundo ele, o governo não deixou claro se a retirada desses recursos para pagamento de precatórios poderá enfraquecer a instituição. "Além disso, precisamos tomar conhecimento sobre a legalidade dessa proposta e os valores cobrados sobre créditos de liquidação. Não queremos prejuízo para a instituição e muito menos para os municípios. O governo precisa ser transparente com as finanças públicas", acrescenta.

A iniciativa do governo do Estado é de

alterar o artigo da Lei nº. 10.912 de 1998, possibilitando a utilização dos recursos gerenciados pela Agência de Desenvolvimento do Estado, sucessora do Badesc, para pagamento de precatórios. Herneus alega que em janeiro deste ano o governo devia a título de precatórios cerca de R\$ 134 milhões. "Os valores do FDM são imprescindíveis para o crescimento dos municípios de pequeno porte. O governo que faça provisão para pagar essas dívidas judiciais", aconselha. Ele acrescenta ainda que o atual governo não pode culpar a administração passada por essa situação, pois em janeiro de 1999 o valor da dívida com precatórios era de R\$ 67 milhões.

O deputado vê contradição na proposta do atual governo ao lembrar que, em 1998,



Deputado Herneus de Nadal

o Estado firmou contrato de operação de crédito com a União para sanear o Badesc. Na época, os deputados de oposição, alguns hoje da base governista, apresentaram uma emenda ao projeto determinando que esses recursos fossem destinados especificamente ao FDM. "Ora, se uma empresa de sociedade anônima permite a retirada do capital da instituição para destinar à finalidades diversas, então vou propor uma emenda para que parte dos recursos sejam aplicados na área da saúde pública", justifica.

Projeto beneficia diabéticos

A comissão de Saúde, presidida pelo deputado Ronaldo Benedet (PMDB), aprovou nesta semana projeto de lei do deputado Volnei Morastoni (PT) que define diretrizes para uma política de prevenção e atenção integral à saúde da pessoa portadora de diabetes, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Morastoni destaca que no Brasil há a estimativa de 5 milhões de pessoas portadoras da doença, das quais metade desconhece o diagnóstico. O parlamentar elaborou o projeto juntamente com entidades envolvidas com a saúde de pacientes diabéticos. Está previsto, entre outras medidas, o desenvolvimento de programas educativos que possam reduzir pela metade o número de hospitalizações. "O que a princípio pode parecer despesa para o Estado resultará no futuro em economia, através das ações de prevenção e de tratamento precoce, caso instituída uma política pública neste sentido" defendeu.

Audiências públicas - A comissão deliberou ainda sobre o requerimento do deputado Volnei Morastoni (PT) para que seja realizada, no próximo dia 21, uma audiência pública para a discussão de projetos de lei de sua autoria que prevêm a implantação nas unidades ambulatoriais e hospitalares do Estado, dos serviços de acupuntura, homeopatia e fitoterapia e plantas medicinais, como forma de

medicina alternativa ao tratamento de diversas doenças.

Por solicitação de Benedet será discutida também em audiência a crise dos diversos hospitais do interior do Estado. O evento está marcado para o dia 28 de novembro.

Critérios para Orçamento 2002

A Comissão de Finanças aprovou por unanimidade o parecer preliminar do deputado Afrânio Boppré (PT), relacionado ao projeto de lei do Orçamento Estadual para o próximo ano, com três propostas prioritárias.

A primeira delas é a decisão de apresentar uma emenda conjunta da Comissão de Finanças para garantir que todas as 636 propostas resultantes das audiências do Orçamento Regionalizado sejam incluídas na proposta do Orçamento Estadual. Deste total, o governo Amin incluiu apenas 23 propostas no projeto de lei enviado à Assembléia.

O parecer determinou que as bancadas poderão apresentar emendas no valor de R\$ 250 mil multiplicado pelo número de deputados que a compõem. Isso significa que a bancada do PT, composta por cinco deputados, poderá apresentar propostas no valor de R\$ 1,25

milhão e a do PMDB, formada por dez, emendas até R\$ 2,5 milhões.

Outra indicação é que cada deputado terá direito a apresentar emendas individuais de até R\$ 250 mil, além de obrigatoriamente indicar a fonte de recursos que vai custear a proposta.

Prazo para emendas - Durante reunião da Comissão nessa quarta-feira (24), presidida pelo deputado Jaime Mantelli (PDT), vice-presidente, parlamentares prorrogaram para o dia 12 de novembro o prazo para a apresentação de emendas ao Orçamento. Segundo Mantelli, a maioria dos deputados ainda não está com as emendas prontas para apresentá-las nesta sexta-feira. "A comissão está preparada para administrar até mil emendas ao orçamento em vários setores, número superior ao ano passado, quando os deputados apresentaram cerca de 600 emendas", disse.

PLENÁRIO

Programa atende portadores de anemia falciforme

Aprovado projeto de autoria do deputado Volnei Morastoni (PT) que institui o programa de prevenção e assistência integral às pessoas portadoras do traço ou anemia falciforme. Originária da África, a doença se espalhou pelas Américas com o tráfico de escravos e uma das explicações é que ela surgiu a partir de uma mutação genética, como forma de proteção do organismo contra a malária. Segundo o parlamentar, que é médico, essa é uma doença hereditária causada pela alteração na forma dos glóbulos vermelhos. Em Santa Catarina existem registros da doença em Blumenau, Grande Florianópolis, Itajaí e Criciúma. Nestes dois últimos já existe uma associação dos portadores da

doença.

Através da Secretaria da Saúde o programa garante a participação de técnicos e de representantes dos movimentos negros, que deverá ser formado para a implantação do programa. Assegura ainda o exame de diagnóstico de hemoglobinopatias a todas as crianças recém-nascidas, que deverá ser feito em todas as maternidades e hospitais do Estado, via SUS. Aos casais com maior probabilidade de risco, o Estado deverá assegurar o acesso a programas e atividades de planejamento familiar e métodos contraceptivos. Todos os portadores deverão ser vacinados contra a doença e às famílias de baixa renda fica garantida a vacinação completa.

MP para contratações na Cidasc

Os deputados aprovaram a admissibilidade da Medida Provisória nº 97/01 que autoriza a contratação de pessoal para a Cidasc. A MP prevê a contratação por 90 dias de 115 auxiliares técnicos para atuar nas barreiras sanitárias instaladas em vários municípios de Estado. O motivo é a incidência de focos de febre aftosa no Rio Grande do Sul, no Uruguai, no Paraguai e na Argentina.

Durante os três meses de contratação temporária a Secretaria da Agricultura deverá elaborar concurso público para aumentar o seu quadro de técnicos. Segundo o secretário, Odacir Zonta, "é urgente a necessidade da Cidasc contar auxiliares técnicos, em razão do risco a que está exposta a economia do Estado diante da possibilidade da entrada de febre aftosa no território catarinense".

Atletas em competições

A partir de agora o atleta registrado por federação esportiva nacional ou internacional, que não as estabelecidas no Estado, que desejar participar de eventos promovidos pela Fundação Catarinense de Desportos (Fesporte), deverá fazer sua transferência para a federação catarinense da modalidade no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro do ano anterior ao da competição da qual pretende participar. Esta normatização é baseada no Projeto de Lei nº 401/00, governamental, aprovado pelos deputados.

Afixação de preço para venda

Foi aprovado projeto de lei governamental que dispõe sobre as formas de afixação de preços de produtos e serviços para conhecimento do consumidor. Desta forma o comércio em geral deverá, através de etiquetas ou similares, afixar diretamente nos bens expostos à venda, ou em vitrines, os preços à vista e em caracteres legíveis.

Em auto-serviços, supermercados, mercearias ou estabelecimentos comerciais onde o consumidor tenha acesso direto ao produto sem a intervenção do comerciante, as mercadorias deverão conter além do código referencial informação de forma clara e legível junto aos itens expostos quanto ao preço à vista, descrição do produto, peso e quantidade.

Certidão Negativa de Débito

Os contribuintes que estiverem em débito com a Fazenda, inclusive parcelamento em atraso, não poderão requerer fornecimento da Certidão Negativa de Débito, aplicando-se esta vedação a todos os estabelecimentos da mesma empresa. Esta medida foi aprovada em projeto de autoria do deputado Julio Garcia (PFL), alterando redação da Lei nº 3.938, de 26 de dezembro de 1966.

Em sua justificativa o parlamentar disse que a proposta objetiva adequar a redação da referida lei, de tal forma, que ao se verificar débito por parte de um estabelecimento da mesma empresa, todos os demais ficarão impedidos de receber a referida certidão.

Anistia aos produtores rurais

Com objetivo de conceder anistia aos produtores rurais do total das dívidas provenientes do crédito de emergência, ao abrigo do Pronaf, com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), foi aprovado Projeto de Lei nº 67/01, de autoria dos deputados Gelson Sorgato e Herneus de Nadal, ambos do PMDB.

Em 1996, agricultores do Estado recorreram ao empréstimo após prejuízos com a perda da produção em decorrência das condições climáticas desfavoráveis que afetaram alguns municípios. Por conta disso, muitos não

conseguiram honrar com seus compromissos junto às instituições financeiras.

O crédito de emergência surgiu a partir da publicação da Lei Estadual nº. 10.080 que permitiu ao Poder Executivo prestar garantias em operações de custeio para manutenção dos pequenos produtores rurais. Na época, o valor liberado pelo governo federal foi de aproximadamente R\$ 20 milhões, oriundos do FAT.

Os parlamentares acreditam que a medida proporcionará novas condições de fomento para agricultura catarinense, com a conseqüente reativação do setor.

PLENÁRIO

Serviços de fretamento

Projetado de lei de autoria do Clésio Salvaro (PFL), e subscrito por outros deputados, quer a regulamentação do serviço do transporte de passageiros sob o regime de fretamento, realização de viagens especiais ou sem caráter de linha. Esse serviço será executado por empresas transportadoras e/ou cooperativas, que deverão requerer junto ao Deter o registro tipo C.

Salvaro justifica a proposição em virtude das constantes demandas judiciais, por um lado as empresas concessionárias querendo o resguardo de suas concessões e, por outro, as cooperativas amparadas no direito ao trabalho e livre iniciativa que lutam para a regulamentação do serviço de transporte intermunicipal pelo fretamento.

Será realizada em Criciúma, em data a ser agendada, audiência pública onde deverão estar presentes os representantes de cooperativas, Secretaria de Transportes, Procuradoria Geral do Estado e representantes das empresas de ônibus com a finalidade de formalizar o ajustamento da proposta.

Alteração de decreto

Já o deputado Milton Sander (PPB) está sugerindo ao Governador que promova alteração no Decreto nº 1.697, de 6 de outubro de 2000, que trata de forma genérica as empresas de transportes de passageiros, não fazendo referência específica àquelas que trabalham com transportes escolares.

As modificações sugeridas determinam que as empresas comprovem um capital de no mínimo 70 mil Ufirs, além da demonstração de que está efetivamente integralizado um mínimo de 50% deste montante. Esse valor é considerado por demais elevado para estas empresas e a solicitação é que o valor seja reduzido para 35 mil Ufirs.

Outro aspecto trata da prova de propriedade de no mínimo dois veículos desalienados. Entende o parlamentar que "a alienação é muitas vezes a única opção para que essas empresas compo-nham suas frotas com veículos novos, o que é sempre mais interessante do ponto de vista da segurança dos usuários".

Transgênicos

Projetado de lei apresentado pelo deputado Afrânio Boppré (PT) dispõe sobre penalidades aos estabelecimentos que comercializam e produzem transgênicos. O projeto prevê que os estabelecimentos que infringirem o disposto no art. 2º da Lei nº 11.700/01, que veda o cultivo comercial de Organismos Geneticamente Modificados no Estado, estarão sujeitos as seguintes penalidades, mediante auto de infração lavrada pelo Procon e Vigilância Sanitária: imediata suspensão da produção e comercialização das mercadorias que contenham em sua composição organismos geneticamente modificados; apreensão dos estoques e inutilização dos mesmos; multa de R\$ 4 mil por ocasião da primeira notificação, com valor reajustado semestralmente pelo INPC. Em caso de segunda notificação, a suspensão temporária do funcionamento do estabelecimento e, na terceira notificação, o fechamento do mesmo.

Natureza

Aprovado o Projeto de Lei 203/01, de origem governamental, que institui o Sistema Estadual de Unidades de Conservação da Natureza (Seuc), que estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão da unidades de conservação no Estado. O Seuc consiste num conjunto de áreas naturais protegidas que, planejado e manejado, dentro de uma ampla filosofia de conservação da natureza, que reconhece que o processo para o desenvolvimento ambiental equilibrado depende do uso adequado dos recursos naturais.

Recursos para flagelados

Aliberação de recursos do Fundo de Indenizações Trabalhistas, com a máxima urgência, para que os trabalhadores atingidos pelas enchentes possam efetuar saques do FGTS, foi requerida pelo deputado Volnei Morastoni (PT) aos ministros do Trabalho e da Previdência Social e ao Presidente do Conselho Curador do FGTS. No documento o parlamentar faz um histórico da situação verificada em Santa Catarina em decorrência das fortes chuvas ocorridas recentemente.

De acordo com dados da Defesa Civil quatro pessoas morreram e mais de 7.200 ficaram desabrigadas; 87 municípios decretaram estado de emergência, sendo que os municípios de Rio do Sul e de Taió, no Alto Vale do Itajaí, decretaram estado de calamidade pública. Esta enchente foi a maior dos últimos 17 anos na região e deixou centenas de famílias sem casas, sem alimentação, vestuário e remédios,

(foto Solon Soares)



Deputado Morastoni

sendo que muitas ainda encontram-se alojadas em ginásios de esportes e escolas.

Comodato

Arenovação do contrato de comodato entre a Cidasc e a Unidade de Beneficiamento de Semente de Arroz (UBS), com sede em Turvo, com vigência até agosto de 2002, foi solicitado, pelo deputado Altair Guidi (PPB) ao Secretário da Agricultura. A UBS pertence à Cooperativa Regional Agropecuária Sul Catarinense Ltda., que atua em 14 municípios da região sul, congregando 1.186 associados, pequenos produtores que trabalham em regime de economia familiar.

Serviços da Casan

Está tramitando na Assembléia projeto de lei, de autoria do deputado Julio Garcia, líder do PFL, que altera regulamento dos serviços de água e esgoto da Casan. A proposição do parlamentar já foi aprovada na Comissão de Justiça e será encaminhada agora à Comissão de Finanças.

De acordo com o projeto, a Casan fica proibida de emitir faturas de contas de água e esgoto sem a conferência dos quantitativos consumidos, ou

seja, pela média, exceto quando for por culpa exclusiva do consumidor. Como por exemplo, medidor escondido ou quebrado por vandalismo ou imóvel fechado.

O projeto do parlamentar surgiu em função de várias reclamações de usuários quando da cobrança das últimas faturas. "Em muitos casos houve demanda de pagamento injusto e irreal, contrariando o Código de Defesa do Consumidor", justificou Garcia.

Despesas da PM

O deputado João Henrique Blasi (PMDB) apresentou pedido de informação ao comandante da Polícia Militar indagando sobre os valores dispendidos, de janeiro de 1998 a agosto de 2001, para pagamento de diárias de deslocamento de policiais militares; quais os valores pagos como etapa de alimentação durante as operações veraneio realizadas de 1998/1999 a 2000/2001. Pede cópias de relatórios constando os nomes de beneficiários com o pagamento de diárias e respectivos valores desde janeiro de 1998.

Projeto para BR-470

O deputado Rogério Mendonça (PMDB) apresentou moção endereçada às autoridades federais propondo a elaboração de um projeto alternativo para a BR-470, com a construção de uma rodovia, mais barata, moderna e segura entre Rio do Sul e Blumenau, num trecho de 70 km, onde seria cobrado um pedágio para manutenção.

Segundo o parlamentar, para circular entre essas duas cidades o motorista enfrenta um trecho de 90 km, sinuoso e

mal sinalizado. "Caso fosse construída uma nova rodovia, o atual trecho poderia ser reservado para os motoristas que não quisessem pagar o imposto", justifica.

Mendonça justifica ainda que na Europa e nos Estados Unidos há sempre uma rota alternativa, uma segunda opção para o motorista das estradas estaduais e federais privatizadas. Ele acrescenta que a proposta do industrial é consistente e merece apoio dos parlamentares.

Modificação de convênio

Indicação do deputado Reno Caramori (PPB) à Secretária da Educação solicita mudança no objeto do convênio nº 1324/01, celebrado entre a SED e a FCEE. O texto sugerido pelo deputado é o seguinte: "O presente convênio tem por objeto colocar à disposição da Fundação professores e profissionais especialistas na área de orientação educacional do quadro do magistério público estadual e professores contratados em caráter temporário da Secretaria, para ter exercício junto aos serviços de atendimento a pessoas com necessidades especiais de Santa Catarina. De acordo com o número máximo previsto de vagas de 20 horas semanais".

Proposições

Deputado Adelor Vieira (PMDB) ao deputado federal Serafin Venzon (PDT) solicitando emenda ao orçamento da União para a pavimentação do acesso à Escola Agrotécnica Federal de Rio do Sul.

Deputado Clésio Salvaro (PFL) à Secretária da Educação pedindo a construção de três salas de aula na Escola de Educação Básica de Timbé do Sul para a implantação de novas séries.

Deputado Nilson Gonçalves (PSDB) ao Governador e ao Secretário da Saúde requerendo a instalação com urgência dos aparelhos de eletroencefalograma e ecocardiograma nos hospitais Hans Dieter Schmidt e São José, em Joinville.

Deputado Gelson Sorgato (PMDB) ao Governador e ao Secretário de Segurança e ao Comandante da PM solicitando medidas para a intensificação das ações de segurança em Chapecó.

Deputado Julio Garcia (PFL) ao Governador solicita a inclusão no orçamento estadual para o ano que vem do asfaltamento do trecho de acesso ao Balneário Arroio do Silva.

Deputado Rogério Mendonça (PMDB) ao Secretário dos Transportes solicitando a estadualização da estrada que liga Vitor Meireles e Santa Terezinha.

Deputado Jaime Mantelli (PDT) ao Ministro da Previdência Social para que abra o diálogo com os servidores daquela pasta, em greve, visando a retomada dos trabalhos.

Deputado Ronaldo Benedet (PMDB) ao Secretário dos Transportes requerendo a estadualização da estrada geral da Barra do Norte, trecho compreendido entre São Ludgero, Rio do Pouso e Tubarão.

Deputado José Paulo Serafim (PT) ao Presidente da Telesc pedindo a instalação de 30 linhas telefônicas na comunidade de Monte Negro, em Siderópolis.

Deputado Herneus de Nadal (PMDB) ao Superintendente da TIM Telesc Celular pedindo telefonia rural na localidade de Linha Rosset, distrito de Santa Luzia, em Palmitos.

Deputado Afrânio Boppré (PT) ao Secretário da Agricultura requerendo informações sobre implementos agrícolas, programa de reflorestamento, troca-troca, programa de calcário e Banco da Terra.

Deputado Nelson Goetten (PPB) ao Diretor da TIM Telesc Celular a necessidade de implantação, com urgência, de torres de transmissão de telefonia celular em Presidente Getúlio.

Deputado Moacir Sopelsa (PMDB) ao Ministro dos Transportes requerendo a construção do contorno viário oeste para Chapecó e Cordilheira Alta.

Deputado Joares Ponticelli (PPB) ao prefeito e ao presidente da Câmara de Vereadores de Braço do Norte cumprimentando-os pela passagem do aniversário de fundação do município.

Deputado Gelson Sorgato (PMDB) à Secretária da Educação pedindo a construção de muro ou cerca na Escola de Educação Básica João Winckler, em Xanxerê.

Deputado Nilson Gonçalves (PSDB) ao Ministro da Saúde solicitando providências urgentes para encontrar uma solução para o impasse resultante da greve dos funcionários da INSS.

Deputado Rogério Mendonça (PMDB) ao Governador e ao Secretário da Segurança solicitando medidas urgentes para intensificação das ações de segurança em Rio do Campo.

Deputado Ivan Ranzolin (PPB) ao Governador e ao Presidente da Celesc solicitando que não sejam descontados dos vencimentos dos servidores da Celesc os valores correspondentes aos dias de paralisação.

Deputado Cesar Souza (PFL) ao Governador pedindo a instalação de unidades de Corpo de Bombeiros Voluntários e de serviço de salva-vidas em Itapema.

ESPECIAL

Jornais do interior comemoram aniversário na AL

(foto Jonas Lemos Campos)

Fundada em 24 de outubro de 1981, em Balneário Camboriú, a Associação dos Jornais do Interior (Adjori) recebeu dos parlamentares catarinenses uma homenagem pelos seus 20 anos de fundação, através de Sessão Solene realizada nessa segunda-feira (22) na Assembléia.

Os trabalhos foram conduzidos pelo 2º vice-presidente, deputado Sandro Tarzan (PPB), autor da proposta de homenagem, que destacou o trabalho dos pioneiros do jornalismo nas cidades do interior do Estado. "Liberdade e democracia são os componentes que mais combinam com o exercício da imprensa",



Deputado Tarzan e presidente Adjori

afirmou Tarzan, que aproveitou o momento para fazer um histórico da Adjori, desde o período em que os

equipamentos para a produção de um jornal eram precários, até a modernidade atual, utilizando recursos como a Internet. Atualmente, 139 jornais são associados à Adjori.

Miguel Gobbi, presidente da Adjori, recebeu uma placa comemorativa numa solenidade que contou com representantes do governo, parlamentares e dirigentes de vários jornais. Gobbi disse que um convênio foi firmado com a Unisul para a capacitação dos profissionais que trabalham na área

jornalística, permitindo a formação acadêmica dos funcionários por um laboratório de ensino a distância.

Sander eleito primeiro vice-presidente da UPM

Em reunião da União dos Parlamentares do Mercosul (UPM) no último dia 19 em Ushuaia, na Argentina, o deputado Milton Sander (PPB) foi eleito 1º vice-presidente, com mandato de um ano, podendo chegar à presidência, conforme o estatuto da entidade, caso se reeleja deputado estadual em 2002. O parlamentar vai coordenar os trabalhos que objetivem o fortalecimento do bloco econômico,

discutindo as barreiras tarifárias e políticas que estão dificultando o seu desenvolvimento, culminando com a eleição de deputados para o Parlamento do Mercosul, com sede em Montevidéu, no Uruguai.

Além do Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai e Chile, a Venezuela também mandou um representante para o encontro, pois pretende em breve se integrar ao bloco.



(foto Solon Soares)

Agenda

Dia 29, às 9 horas – Discussão sobre o processo de mudanças na Celesc envolvendo empregados da Fiesc e do Governo do Estado

Local: Plenário

Dia 29, às 15 horas – CPI do Leite ouve presidentes da Acats e da Tetra Pak

Local: Sala das Comissões

Dia 29, às 19h30min. – Sessão solene em homenagem ao escritor, jornalista e roteirista Salim Miguel

Local: Plenário

Dia 30, às 19h30min. – Retratos de Santa Catarina – Pinhalzinho

Local: Plenário

Dia 31, às 9 horas – Reunião da Comissão de Saúde com as presenças do Secretário da Seduma e do Diretor-Geral da Fatma para discutir sobre a construção da Usina de Salto Pilão

Local: Plenarinho

Dia 1º, às 9 horas – Audiência pública sobre segurança pública da cidade de Joinville

Local: Auditório da Câmara de Vereadores de Joinville

Dia 1º, às 14 horas – CPE da Segurança Pública de Criciúma realiza visitas no município

Dia 1º, às 17 horas – Sessão solene em homenagem ao MTG/ SC pelas conquistas no 10º Rodeio Crioulo Nacional de Campeões e no 16º Festival Nacional de Arte e Tradição Gaúcha

Local: Parque Rovilho Bortoluzzi - Xanxerê

Oração pela paz

Nessa quinta-feira, às 12h, no Largo da Alfândega, na Capital, aconteceu a *Oração pela Paz*. A iniciativa foi da deputada Odete de Jesus (PL) e do Conselho de Ética das Entidades Religiosas de Santa Catarina (CER-SC). A deputada aproveitou o evento para anunciar a apresentação de projeto de lei na AL estabelecendo o dia 25 de outubro como o *Dia Estadual da Oração pela Paz*.

Além da parlamentar, estiveram presentes o Governador, secretários de Estado, o presidente da Assembléia e o presidente estadual do Partido Liberal. Também participaram do evento representantes das Igrejas Evangélica Sara Nossa Terra, Universal do Reino de Deus, do Evangelho Quadrangular, do Brasil para Cristo, Renascer em Cristo, Casa da Benção e Casa Firme.